

Portugal vai pagar juros de 5,5% pela ajuda da UE

Estimativa. Factura total, incluindo o empréstimo do FMI, deve custar 25,6 mil milhões de euros, segundo calculou o DN, caso se utilize a totalidade dos 78 mil milhões disponibilizados

EDUARDA FROMMHOLD

Portugal vai pagar uma taxa de juro entre 5,5% e 6% pela parte do empréstimo externo de 78 mil milhões de euros a cargo da União Europeia. Este valor tem por base a fórmula utilizada para todos os programas de auxílio, com os já concedidos à Grécia e à Irlanda, e foi avançado ontem pelo comissário europeu Olli Rehn: "A taxa de juro será acima de 5,5%, mas claramente abaixo de 6%."

Mas é sua intenção que a fórmula seja revista de forma a permitir juros mais baixos e espera uma decisão favorável dos ministros das Finanças europeus sobre a matéria, que poderá ser discutida já na próxima reunião, segunda-feira, em Bruxelas, quando deverá também ser dada a luz verde ao plano de ajuda a Portugal.

A taxa indicada por Olli Rehn recai só sobre os 52 mil milhões que correspondem aos dois terços financiados pela UE no total de 78 mil milhões da ajuda externa a Portugal, já que os restantes 26 mil milhões virão do FMI e vão pagar entre 3,5% e 4,5%. A média ponderada rondará assim 5,05% para o total do empréstimo, admitindo uma taxa de 5,7% exigida pela UE e 3,75% a pagar ao FMI. O que, pelos cálculos do DN, com base num empréstimo a atribuir em três tranches iguais — uma em cada ano do plano — com maturidade de 7,5 anos, resultaria num encargo de 25,6 mil milhões de euros em juros, caso fosse efectivamente utilizado todo o dinheiro, parte do qual são garantias à banca, que só serão usadas se necessário.

O líder do PCP também fez as contas e afirma que, "dos 78 mil milhões que nos 'emprestam', mais de 30 mil milhões são para pagar juros. Mas Jerónimo de Sousa salienta que são contas "muito rudimentares".

VARIÁVEIS

JUROS

► A taxa de juro aplicada a todo o empréstimo não tem de ser fixa. O mais provável é serem usados juros variáveis conforme a "tranche", tal como acontece na parte que vai ser financiada pelo FMI.



Aliás, antes de serem conhecidas todas as variáveis do empréstimo, e principalmente a sua calendarização, não se conseguirá apurar o montante dos juros com exactidão. Uma coisa é certa, com uma taxa da ordem dos 5,5%, acima dos 5,3% concedidos à Grécia e abaixo dos 5,8% que calhará à Irlanda, a factura será sempre alta. Mesmo assim trata-se de uma taxa consideravelmente mais baixa do que a que Portugal teria de suportar para financiar-se actualmente no mercado, sem falar do sério risco de cair em *default* por falta de interessados. Seja como for, Portugal não está em condições de "regatear", como reconheceu Miguel Macedo, líder parlamentar do PSD, considerando o valor da taxa do empréstimo um "mal menor".

CALENDARIZAÇÃO

► O empréstimo não é recebido de uma só vez. O montante total é dividido em tranches distribuídas pelos três anos do plano e sujeitas ao cumprimento das metas. Ainda não se sabe quantas nem quando.

MATURIDADE

► O prazo que Portugal terá para pagar o empréstimo ainda não foi revelado. Presume-se, no entanto, que seja adoptado o mesmo período de tempo concedido à Grécia e à Irlanda, que é de sete anos e meio.

GARANTIAS

► O valor de 78 mil milhões definido não tem de ser utilizado na totalidade. Parte (12 mil milhões) destina-se à recapitalização da banca, se necessário, e 35 mil milhões referem-se a garantias para se financiarem.

Comissão quer rapidez na execução e sem alterações

PACOTE O comissário europeu, Olli Rehn, garantiu ontem que o programa de ajuda a Portugal, depois das eleições legislativas, "não sofrerá alterações". "O sucesso deste programa assenta na sua implementação rápida", sublinhou Olli Rehn em conferência de imprensa, citado ontem pelo *Jornal de Negócios*.

No momento em que, em Lisboa, PSD e CDS enumeram aspectos pontuais que querem acertar no programa de ajuda, e em que os socialistas põem reticências a algumas medidas (caso da redução da taxa social única), o comissário europeu acrescentou que "o próximo Governo será responsável pela implementação das medidas em todas as áreas" e que o programa de ajuda, que ontem recebeu o aval da Comissão Europeia, "não sofrerá alterações após as eleições".

Enquanto os ministros das Finanças se preparam para a reunião que deverá aprovar a ajuda a Portugal, em Lisboa discute-se o que fazer do programa da *troika*. Ontem, o ministro da Economia, Vieira da Silva, garantiu que a construção do novo aeroporto sem dinheiro público já estava a ser ponderada pelo Executivo. E o da justiça disse que as medidas da *troika*, assim como as mais importantes previstas pelo PSD, "já estavam a ser implementadas".

No Governo, foi Jorge Lácio quem atirou ao PSD, por estender as privatizações obrigatórias do programa à RTP — pretendendo, disse, "desmantelar" a estação e o "serviço público de televisão". Num conferência de imprensa na sede dos socialistas, Lácio disse que "o PS tem sido coerente ao longo do tempo" e que é favorável ao serviço público "tal como está consagrado na Constituição e como existe na RTP e na Lusa".

O PSD respondeu pouco depois, com o secretário-geral Miguel Relvas a considerar "inaceitável" que a televisão pública custe "um milhão de euros por dia" aos portugueses, sobretudo num "momento de crise" como o actual. D.D.

"muito exigente", mas também "indispensável" face à situação de pré-ruptura financeira a que Portugal chegou". E espera que todos os países da Zona Euro deem o seu apoio ao programa, na reunião de segunda-feira.

As únicas dúvidas em relação ao *Ok* final ficam a dever-se à Finlândia. Ao contrário do que se esperava, o parlamento finlandês não votará hoje o pacote de ajuda a Portugal, que Olli Rehn classificou de "bastante duro, mas realista". A votação deverá, porém, acontecer ainda esta semana, a tempo de uma decisão final da Zona Euro segunda-feira. A chanceler alemã, Angela Merkel confia que Dublin não irá bloquear a ajuda e considera que Portugal "está num caminho muito razoável" para sair da crise.

Com NUNO AGUIAR